

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

I de “Índio”: Representação dos povos indígenas nos livros didáticos de alfabetização

I for “Indian”: Representation of indigenous peoples in literacy textbooks

I del “Indio”: Representación de los pueblos indígenas en los libros de texto de alfabetización



Clara Balladares Machado

Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS), Secretaria Municipal do Rio Grande do Sul (SMED/RS), Pelotas, Rio Grande do Sul,
claraballadares@gmail.com



Tânia Mara de Bastiani

Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu (SEMED/Biguaçu-SC), Biguaçu, Santa Catarina,
taniamaradb@gmail.com

Resumo: A Lei 11.645/08 torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena no Brasil, devendo estar presentes no âmbito de todo o currículo escolar. Assim, analisamos os livros didáticos de Língua Portuguesa, destinados aos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, das coleções “Pitanguá Mais” e “Bem-me-quer mais”, buscando compreender como os povos indígenas e os diversos aspectos da cultura indígena são representados nos livros de alfabetização. Para tanto, utilizamo-nos da pesquisa de naturezas bibliográfica e documental. A pesquisa nos

mostrou que a presença dos povos indígenas nos livros didáticos de alfabetização está muito aquém do esperado. Se outrora eles eram representados de forma genérica, principalmente na apresentação da letra I, nos livros analisados podemos perceber que, além das generalizações, ainda encontramos um significativo apagamento da história e cultura indígena.

Palavras-chave: Alfabetização. Cultura e história indígena. Livro didático.

Abstract: Law 11,645/08 establishes mandatory teaching of indigenous history and culture in Brazil, and its presence throughout the school curriculum as a whole. Thus, we analyzed Portuguese language textbooks, intended for the 1st and 2nd years of elementary school, from the “Pitangá Mais” and “Bem-me-quer mais” collections, seeking to understand how indigenous peoples and the various aspects of indigenous culture are portrayed in literacy books. To this end, we used bibliographic and documentary research. The research revealed that the representation of indigenous peoples in literacy textbooks falls short of expectations. If, in the past, they were represented generically, mainly in the presentation of the letter I, in the books analyzed, we can see, in addition to generalizations, a significant erasure of indigenous history and culture.

Keywords: Literacy. Indigenous culture and history. Textbook.

Resumen: La Ley 11645/08 hace obligatoria la enseñanza de la historia y la cultura indígena en Brasil, y debe estar presente en todo el currículo escolar. Así, analizamos libros de texto en lengua portuguesa, destinados al 1º y 2º año de la escuela primaria, de las colecciones “Pitangá Mais” y “Bem-me-quer mais”, tratando de entender cómo los pueblos indígenas y los diversos aspectos de la cultura indígena son representado en los libros de alfabetización.

Para ello, recurrimos a la investigación bibliográfica y documental. La investigación demostró que la presencia de los pueblos indígenas en los libros de texto de alfabetización está muy por debajo de las expectativas. Si bien antes se les representaba de forma genérica, principalmente en la presentación de la letra I, en los libros analizados observamos que, además de generalizaciones, también encontramos una importante omisión de la historia y la cultura indígenas.

Palabras clave: Alfabetismo. Cultura e historia indígena. Libro de texto.

Data de submissão: 26/08/2024

Data de aprovação: 10/06/2025

Introdução

Nas salas de aulas de alfabetização, cartazes com a figura de um indígena como legítimo representante da letra I ainda fazem parte do cotidiano escolar, afinal, quem não aprendeu a letra I de “Índio”? Esses cartazes reforçam estereótipos do “Índio” passivo, que anda desnudo, vive na mata, se alimenta da caça e pesca, entre tantas outras atribuições que fortalecem a representação de um ser primitivo.

Assim, este estudo partiu da necessidade de se refletir sobre a presença da temática indígena no período de alfabetização escolar. Para tanto, tivemos como objetivo a análise dos livros didáticos utilizados em algumas escolas, a fim de responder ao seguinte questionamento: como os povos indígenas e os diversos aspectos da cultura indígena são representados nos livros de alfabetização?

Para a escrita deste artigo realizou-se a análise de duas coleções de livros didáticos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, do componente curricular Língua Portuguesa. Essas coleções foram escolhidas porque são as utilizadas nas duas escolas em que uma das pesquisadoras deste artigo atua. A primeira coleção é utilizada em uma escola municipal, a segunda em uma escola estadual, ambas localizadas em um mesmo bairro do município de Pelotas/RS.

Buscamos neste estudo reconhecer a importância do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) na alfabetização, pois os livros didáticos são uma importante fonte de propagação de conhecimentos e considerável instrumento de estudo dos professores, além de serem de amplo acesso aos estudantes das escolas públicas, o que os torna, na perspectiva de Martins *et al.* (2009, p. 17) em “uma poderosa ferramenta política, ideológica e cultural”. Além do mais, é por meio dos livros didáticos que as políticas públicas para a educação tomam diferentes significados, que podem ser muito importantes para a aplicabilidade de algumas leis no cotidiano escolar.

Neste estudo, destacamos a Lei 11.645/08, que altera a Lei 10.639/03, que modifica o artigo 26-A da Lei 9.394/96, o qual passou a determinar o ensino da história e cultura indígena no Ensino Fundamental e Médio e no âmbito de todo o currículo escolar:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as

suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2ª Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR) (Brasil, 2008).

Com a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena na Educação Básica, esperávamos encontrar diversas referências a este tema nos livros didáticos analisados, fato esse que não se concretizou.

Referencial Teórico

O PNLD vem se consolidando como uma importante política pública para a educação desde o final do século passado. Ao longo destes primeiros anos do século XXI, muitas alterações foram feitas na forma de avaliação dos livros didáticos e nos materiais produzidos para a sua escolha. Na atualidade, os livros têm um caráter rotacional, pois são escolhidos a cada triênio (agora quadriênio) e, além de ferramenta aos estudantes, eles são fonte de estudo para os professores. Por isso, os pareceristas do PNLD, conforme indica Silva (2012), têm dedicado uma atenção maior ao manual do professor:

Os manuais devem apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos da obra e servir como uma ferramenta auxiliar à reflexão e prática docentes. Se o livro didático já é um instrumento de destaque excessivo no cotidiano das salas de aula, credita-se a ele também responsabilidades adicionais como a de formação do professor. (Silva, 2012, p. 807)

Sendo os livros didáticos tão importantes na informação e na formação dos professores, eles adquirem uma função muito importante, pois são um auxílio para que muitas leis possam se concretizar no cotidiano escolar.

Nesse sentido, quando se pensa na aplicabilidade da Lei 11.645/08 nas escolas, mais especificamente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, os livros didáticos tornam-se um dos principais recursos de aprendizado, de acesso a materiais, textos, imagens, produções indígenas. Ramos, Cainelli e Oliveira (2018), ressaltam que uma lei deve ser um preceito a ser seguido, portanto, é importante reconhecer a importância da presença da lei no currículo escolar, sendo este um espaço de disputa de diversos grupos sociais:

Certamente, a Lei 11.645 é relevante para reelaborar currículos e livros didáticos. Lei é um preceito, uma norma produzida para estabelecer as regras que devem ser seguidas, controlar os comportamentos e ações dos indivíduos de acordo com os princípios de uma sociedade. Se antes havia O multiculturalismo como “parâmetro” ou um dos componentes dos Temas Transversais – o que de certa forma colocava a discussão, como a própria nomenclatura sugere, na transversalidade curricular –, agora os currículos acadêmicos e escolares, bem como os livros didáticos devem ser reestruturados no sentido de encaixar

efetivamente tais leis. (Ramos; Cainelli; Oliveira, 2018, p. 68).

Assim, antes de realizar a escolha do livro didático, é importante pensar sobre o conhecimento que os professores alfabetizadores têm sobre o guia do PNLD, sobre EREER e a Lei 11.645/08, de que forma este material ou essas discussões chegam até eles e como é conduzida a escolha dos livros. Uma pesquisa realizada por Albuquerque e Cruz (2015) demonstra que:

[...] nossos resultados, por um lado, apontam para a importância de uma maior divulgação e da discussão sobre os recursos disponibilizados pelo MEC para as redes de ensino e, por outro, indicam que muitas vezes as políticas educacionais são introduzidas nas escolas sem que ocorra em paralelo a formação de professores a fim de que as desenvolvam com qualidade (Albuquerque; Cruz, 2015, p. 454).

Deste modo, não basta à coordenação pedagógica da escola ou as secretarias de educação apenas indicarem a leitura do guia do PNLD e apresentar os modelos entregues pelas editoras às escolas para os professores. É necessária uma discussão acerca das políticas públicas, buscando compreender o livro didático como um aliado neste processo, o qual deve estar de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. De acordo com Di Giorgi *et al.* (2014):

Por meio do PNLD, a escola e os professores podem escolher, dentre as coleções aprovadas, os livros didáticos que melhor atendam ao projeto político pedagógico da escola, ao contexto social e cultural dos alunos. Entendemos que essa escolha proporciona aos profissionais da educação um momento rico de reflexão e discussão coletiva, conforme dados empíricos apresentados anteriormente. (Di Giorgi *et al.*, 2014, p. 1046)

Portanto, é importante que a escola mantenha momentos de discussão e reflexão constantes sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP). A comunidade escolar precisa valorizar este documento e dar a atenção necessária para a Lei 11.645/08, de forma que ela seja um dos orientadores para a escolha dos livros didáticos que serão utilizados não só na alfabetização, mas ao longo de toda a Educação Básica.

A referida lei é uma das grandes conquistas do movimento indígena. De acordo com Munduruku (2012, p. 224), ela é uma “clara demonstração de continuidade das lutas indígenas contemporâneas e também do caráter educativo do movimento indígena brasileiro”. Essas lutas não podem se perder nas produções dos materiais didáticos, ao contrário, precisam ganhar cada vez mais espaço, pois eles também podem ser instrumentos importantes para a valorização e reconhecimento da importância da história indígena para a formação desta nação chamada Brasil.

Bittencourt (2002, p. 89) nos diz que “o livro pode ser transformado nas mãos do professor e passar por mutações consideráveis”. Assim, é o conhecimento que o professor carrega ou adquire a partir de seus estudos e na formação inicial e continuada que proporcionam uma releitura dos livros em sala de aula, não só de seus textos, mas das imagens reproduzidas neles, evitando, assim, a propagação das ideias e imagens estereotipadas dos povos indígenas desde os primeiros anos da vida escolar. A autora ainda destaca que “fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante dos olhos é uma das tarefas urgentes da escola e cabe ao professor criar as oportunidades, em todas as circunstâncias” (Bittencourt, 2002, p. 89).

A maneira como os povos indígenas são apresentados nos livros didáticos e como os professores percebem a importância deles na formação cultural do Brasil necessita de reflexão e mudanças, já que, nas palavras de Baniwa (2006):

Na história oficial do Brasil, contada nos livros didáticos das escolas ou mesmo na literatura especializada, não aparece nenhum feito ou contribuição significativa dos povos indígenas à formação da nação brasileira. Isto porque os povos indígenas sempre foram considerados sem cultura, sem civilização ou qualquer tipo de progresso material. (Baniwa, 2006, p. 217)

A influência indígena na língua, na história e na cultura não pode mais ser apagada dos livros de

alfabetização, a literatura indígena pode ser um meio riquíssimo de letramento, de ampliação do vocabulário e de diversos ensinamentos que, historicamente, os povos indígenas carregam e que, sem dúvida, contribuem para que tenhamos um país que respeita e vive com a diversidade.

Caminhos Metodológicos

Este artigo constitui-se como uma pesquisa qualitativa, pois, de acordo com Silveira e Córdova (2009), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Para tanto, utilizamo-nos da pesquisa de naturezas bibliográfica e documental.

Para realizar a análise das coleções de livros didáticos (Quadro 1), foi importante ir além do que está posto nesses livros, foi necessário perceber e inferir a cerca do que não está dito, do oculto, é nessas ausências que muitos discursos se concretizam.

Quadro 1. Apresentação das coleções “Pitanguá mais” e “Bem-me-quer mais”.

	Coleção Pitanguá Mais Língua Portuguesa	Coleção Bem-me-quer mais Língua Portuguesa
--	--	---

I de “Índio”: Representação dos povos indígenas nos livros didáticos...

Clara Balladares Machado • Tânia Mara de Bastiani

Autores	Cristiane Buranello	Maria Salete Toledo Priscila Ramos de Azevedo Rosana Corrêa El-Kadri Maria Cecília Almeida (Coord.)
Editora	Moderna	Editora do Brasil
Local	São Paulo	São Paulo
Ano de edição	2021	2021
Código da coleção	0007P230101010010	0101P2301010100010

Fonte: Guia digital PNLD (2023). Org. Machado, C. B. 2023.

Os livros didáticos das coleções do Quadro 1 caracterizam-se enquanto conteúdos que “ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (Severino, 2014, p. 107) e, portanto, a pesquisa é de natureza documental.

Além do mais, a pesquisa caracteriza-se também por ser de natureza bibliográfica. Ou seja,

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (Severino, 2014, p. 106)

Assim, buscamos trabalhos já publicados que tratam dos temas de alfabetização, livros didáticos e ERER. Entretanto, é importante mencionar que há uma carência de

pesquisas que retratem especificamente da Lei 11.645/08 nos materiais pedagógicos destinados aos anos de alfabetização. Em sua maioria, as pesquisas analisadas eram da área da história, costumeiramente o ponto de partida para os estudos da cultura e história indígena. Alguns desses trabalhos estão descritos ou serviram como reflexão para a escrita deste artigo e se fazem presente ao longo dele.

Análise de dados

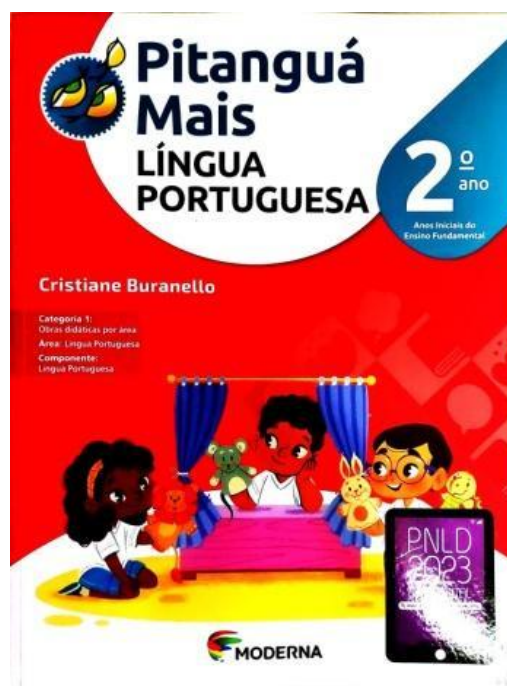
Para organizar a escrita da análise dos livros objetos deste estudo, organizaram-se os seguintes passos: descrição e discussão da coleção 1 “Pitangá Mais” (livros do 1º e 2º anos) e, após, da coleção 2 “Bem-me-quer mais” (livros do 1º e 2º anos).

A seguir estão apresentadas as capas dos livros analisados:

I de “Índio”: Representação dos povos indígenas nos livros didáticos...

Clara Balladares Machado • Tânia Mara de Bastiani

Figuras 1 e 2. Capas dos livros do 1º e 2º anos da coleção “Pitangüá Mais – Língua Portuguesa”.



Fonte: Guia digital PNLD (2023).

Figura 3 e 4. Capas dos livros do 1º e 2º anos da coleção “Bem-me-quer mais - Língua Portuguesa”.



Fonte: Guia digital PNLD (2023).

Coleção Pitangua Mais (Livro do 1º ano)

Este livro didático é organizado por capítulos que envolvem alguns grupos de letras, todas em caixa alta (bastão), primeiro as letras vogais, depois grupos de consoantes. Para cada letra, apresenta-se uma figura que se torna a palavra-chave; as formas de traçado da letra; e um pequeno texto que faz referência à palavra-chave. Ao final do capítulo, é apresentado um texto maior que envolve as letras trabalhadas, atividades de interpretação e produção de texto referente ao gênero textual apresentado e algumas

atividades de escrita de palavras com as letras, encerrando com uma seção chamada “Ampliando o vocabulário”. Todos os capítulos também têm uma seção chamada “Para saber mais”, em que são apresentadas sugestões de leituras de livros infantis. Os capítulos desse livro recebem o nome das letras trabalhadas em cada um, diferente do que veremos nos demais livros, organizados por temáticas.

No capítulo 1, chamado “Letras e sons”, são introduzidos os conceitos de alfabeto e vogais. Em um primeiro momento, são apresentadas fotos de cinco crianças (nenhuma é indígena), cada uma com seu respectivo nome iniciados por uma vogal diferente. Neste caso, a letra I refere-se a “Iolanda”. Nas páginas destinadas às atividades da letra I, a palavra-chave é “ioiô”, não tendo nenhuma referência aos povos indígenas neste capítulo.

Em nenhum dos capítulos seguintes são apresentadas referências à história e a cultura indígena. Os textos têm assuntos diversos, alguns relacionados ao cotidiano, a conhecimentos científicos, ao folclore brasileiro (sem mencionar, por exemplo, as histórias de origem indígena, algumas bastante conhecidas, como a da Iara, do Curupira, do Boto-cor-de-rosa, entre tantas outras), mas a impressão que dá é que o conhecimento indígena não é relevante para o período da alfabetização escolar, pois nenhuma referência ao vocabulário indígena ou apresentação de textos de autoria indígena é abordada.

É importante ressaltar que muitos textos de autores indígenas voltados para o público infantil têm sido publicados e muitos já fazem parte das bibliotecas escolares. Dentre os livros que foram distribuídos pelo PNLD às escolas e que são de autoria indígena ou que têm a cultura indígena como protagonista estão: KabáDarebu, de Daniel Munduruku; Aldeias, palavras e mundo indígenas, de Valéria Macedo; Olivia e os indígenas, de Betty Mindlin, entre outros. O livro didático aqui analisado não faz referência a nenhuma dessas obras, ou a quaisquer outras de autoria ou temática indígena, portanto, não apresenta esta temática como significativa para o início do processo de alfabetização.

Coleção Pitangá Mais (Livro do 2º ano)

Neste livro, a organização dos capítulos é realizada por temas. No início, o livro apresenta as letras em caixa alta (bastão), mas logo em seguida passa a utilizar a letra de imprensa (maiúscula e minúscula). Nele, os povos indígenas aparecem apenas no capítulo 3, intitulado “O jeito de cada um”. Na capa do capítulo aparecem fotos de rostos de diversas crianças, com características físicas distintas, dentre elas uma criança indígena.

Figura 5. Abertura do capítulo “O jeito de cada um”



Fonte: Guia digital PNLD (2023).

No texto de abertura do capítulo, aparece a palavra “curumim”, que é apresentada no vocabulário como sinônimo de menino, sem nenhuma discussão ou referência à origem indígena dessa palavra. O segundo texto deste mesmo capítulo é “KabáDarebu” (2017), do autor indígena Daniel Munduruku. Antes de iniciar o texto uma foto do autor é apresentada juntamente com uma breve descrição dele. Logo em seguida, apresenta-se a capa do livro acompanhada de parte da história para que o aluno faça a leitura. O livro didático apresenta uma ilustração da história que não é a representada no livro original. Nela, aparecem um indígena adulto e outro criança conversando e também uma representação do que seria a casa tradicional das famílias Munduruku. Conforme podemos verificar nas imagens a seguir:

Figura 6. Páginas 102 e 103 do livro do 2º ano da coleção “Pitangá Mais – Língua Portuguesa”



Fonte: Guia digital PNLD (2023)

Após as páginas da Figura 4, vêm as atividades interpretativas, sendo uma delas a de pintar o nome do povo retratado no texto, dentre as opções estão os nomes de outros povos indígenas: Xavante, Pataxó e Xingu. Ao final desta atividade, é apresentado um pequeno texto falando resumidamente sobre o povo Munduruku.

É interessante perceber que no livro do 2º ano há uma representação de um povo indígena, que talvez tente suprir a ausência deste tema no livro do 1º ano. Vale ressaltar que esta referência ao povo indígena Munduruku ficou restrito a um capítulo que fala das diferenças (O jeito

de cada um). Logo em seguida, o livro fala de pessoas com deficiência. Apesar de serem apresentados os nomes de outras etnias indígenas em uma determinada atividade, não há espaço para a discussão sobre os diferentes aspectos da cultura indígena, reforçando mais uma vez a ideia genérica de indígena e não oportunizando a possibilidade do professor trabalhar a pluralidade de culturas.

Os demais capítulos deste mesmo livro apresentam como temas: Histórias que ensinam; Amizade é tudo de bom; Comer bem; Personagens do Folclore Brasileiro; Ei! Preciso falar com você!; Bichos por toda a parte; Eu me (re)mexo muito. Ficam as indagações: não seria possível apresentar os diversos aspectos da cultura indígena ao longo de todo o livro tendo como pressuposto os próprios títulos dos capítulos? Quando pensamos no título “Histórias que ensinam”, não há nenhuma história indígena? No capítulo “Comer bem” não seria possível falar sobre a cultura alimentar brasileira, na qual muitos alimentos têm origem nos costumes indígenas? E “Personagens do Folclore Brasileiro”, há uma infinidade de histórias ancestrais indígenas, por que nenhuma delas é referenciada no livro?

Com a significativa ampliação de livros publicados de autoria indígena muitas dessas perguntas poderiam ser respondidas positivamente utilizando-se desses escritos. A apresentação de histórias e poemas indígenas nos livros didáticos favorece a presença da Lei 11.645/08 no cotidiano escolar e no processo de alfabetização, com a ampliação do

vocabulário, com o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e com o respeito às diferenças.

Coleção Bem-Me-Quer Mais (Livro do 1º ano)

Assim como o livro do 1º ano da primeira coleção analisada, o desta coleção também não faz qualquer referência à história e a cultura indígena. Este livro organiza-se em 10 unidades, cada uma explorando um gênero textual diferente. Na primeira, apresenta as vogais, nas demais, as consoantes, respeitando a ordem alfabética, duas em cada unidade, deixando para o final as letras K, W e Y. Todo o livro é apresentado com a letra de imprensa maiúscula (letra bastão).

Cada unidade é organizada da seguinte forma: título da unidade, acompanhado de uma imagem a ser explorada que faça referência a ela, apresentação de uma letra e treino de seus traçados aliado a uma imagem que é a representação da palavra-chave, por exemplo: letra B, figura do boi, com a escrita da palavra BOI. Em seguida muitas atividades com palavras que iniciam com esta letra e marcação de sílabas. Logo é apresentado um pequeno texto que faz referência à figura representativa da letra e algumas atividades interpretativas. A segunda letra da unidade é apresentada na mesma forma organizacional. Unindo as duas letras apresentadas na unidade surgem os itens “Oralidade” e “Produção de texto”, que fazem referência ao

gênero textual trabalhado. A seção “Retomada” vem logo após com atividades que reforçam as duas letras do capítulo. Em seguida, a seção “Palavras e Sentidos”, que se assemelha a um vocabulário ilustrado e discursivo sobre palavras apresentadas ao longo do capítulo, e encerra com a seção “Periscópio”, espaço destinado a indicar livros de histórias.

Em sua unidade 1, intitulada “Quem vai ao passeio?”, é apresentado aos alunos o alfabeto e as vogais. Muito semelhante ao livro do 1º ano da primeira coleção analisada, são apresentados nomes de crianças para cada vogal, sendo o nome da letra I “lara”. Não há qualquer referência aos povos indígenas nesta unidade, aproximando-se mais uma vez do livro da coleção anterior, promovendo a invisibilidade desses grupos.

O que se percebe aqui é que embora as unidades explorem os diversos gêneros textuais com temáticas diferentes, a história e a cultura indígena que poderiam facilmente ser representadas, nas cantigas ou versos, por exemplo, não são apresentadas. O mesmo ocorre na seção “Periscópio”, apesar de as escolas terem recebido alguns livros de autoria indígena por meio do PNLD – Alfabetização da Idade Certa, dentre outros subprogramas dentro do PNLD, que também ampliaram as bibliotecas escolares e os acervos das salas de aula – nenhum deles é apresentado ao aluno e ao professor.

Mais uma vez o apagamento da cultura indígena é percebido em unidades nomeadas, por exemplo, como: “Versos para recitar”, pois nenhum verso de autoria indígena é apresentado. Entre tantas outras temáticas trabalhadas por este livro, que poderiam desenvolver o vocabulário indígena ampliando o vocabulário já tão costumeiro nos livros de alfabetização.

Coleção Bem-Me-Quer Mais (Livro do 2º ano)

Percebe-se que a organização é muito parecida com o livro do 2º ano da coleção analisada anteriormente. Cada unidade é organizada de forma muito semelhante ao livro do 1º ano desta coleção e cada uma apresenta uma temática. São elas: Vamos recitar e cantar; Conto com você!; Histórias com desenhos e balões; Mão na massa; Diversos versos; Para conviver bem; Porquês e descobertas; Notícia: ler para se informar. A letra utilizada passa a ser a de imprensa maiúscula e minúscula e as unidades trabalham a ortografia, letras com sons semelhantes e encontros consonantais.

Foram duas as referências encontradas neste livro sobre a história e a cultura indígena. A primeira na unidade chamada “Mão na Massa”, que trabalha o gênero textual receita. Ao final da seção “Oralidade”, o livro apresenta para leitura “A lenda do milho”. Ao introduzir o texto, explica-se ao aluno que esta é uma “lenda” indígena **pareci**, mas em

nenhum momento descreve este povo e deixa margem para que se generalize a origem do milho, ou seja, dá a entender que todos os povos indígenas contam a mesma “lenda” e que são todos iguais.

Torna-se interessante refletir sobre a expressão “lenda”. Historicamente, esta palavra se refere a histórias fantasiosas, que não são do mundo real. Porém, a história a que o livro analisado faz referência é uma história que faz parte da ancestralidade indígena, ela tem significado real e faz parte da literatura oral de um povo, no caso, os **Pareci**. Tomamos como referência aqui os autores Luciano, Simas e Silva (2020) que diferenciam a palavra “lenda” da expressão “história ancestral indígena” e justificam a importância de se refletir sobre o uso destas expressões:

[...] quando se faz referência aos saberes do não indígena, geralmente não nomeiam a visão de mundo e as histórias do não indígena de lendas, mas, quando a referência diz respeito aos saberes indígenas, logo são nomeados de lendas, dando a entender que não têm status de conhecimento. Por isso, neste trabalho, chamamos as narrativas indígenas de histórias ancestrais na tentativa de valorizar seus conhecimentos. (Luciano, Simas e Silva, 2020, p. 5)

A partir dessa reflexão podemos perceber que a desvalorização das culturas indígenas se dá desde o momento em que suas histórias ancestrais são definidas como lendas.

A segunda referência indígena encontrada neste livro está na unidade “Diversos Versos”. Nas primeiras páginas desta unidade, é apresentado ao aluno o poema “Casa da vovó”, da autoria de Cláudio Thebas. Um dos trechos deste poema diz o seguinte: “E se eu bato no bumbum desta panela, num instante viro índio e ela vira meu tambor...”. Ao lado deste trecho o menino personagem da história aparece em forma de ilustração sentado ao chão, batendo no fundo da panela, vestindo um cocar e oralizando “UUUU”. Nota-se que dentre as palavras do poema, além de ressaltar a expressão “índio”, como um grupo de pessoas com as mesmas características, ainda reforça que todos os “índios” indígenas vivem batendo tambor.

A ilustração apresentada não é de autoria do autor do poema, mesmo assim, reforça o “índio” genérico que usa cocar, toca tambor e faz sempre o mesmo som (muito similar ao que se costuma ver em escolas no ainda chamado “Dia do Índio”, em que as crianças saem trajadas e cantando da mesma forma que o menino “branco” da ilustração). Essa representação acaba por colocar a figura indígena como uma personagem, em que qualquer pessoa não indígena pode pintar o rosto, colocar um cocar e se tornar um “índio”. A seguir a página do livro em que consta parte do poema e a ilustração.

Figura 7. Página 150 do livro do 2º ano da coleção “Bem-me-quer mais – Língua Portuguesa”



Fonte: Guia digital PNLD (2023)

Diferente do livro do 2º ano da coleção anterior, neste é reforçada a estereotipação indígena como um ser do passado, uma personagem. Reforça o apagamento dos diversos aspectos da cultura indígena e nega a existência de indígenas que vivem em contexto urbano, no tempo presente, por exemplo.

Na perspectiva deste livro, todos os “índios” são iguais, viveram no passado, nas florestas, usam cocar e tocam tambor. Nega e desrespeita toda a trajetória do

movimento indígena que tanto tem lutado por sua representação na sociedade e nas escolas não indígenas.

Considerações finais

Para concluir este trabalho, é importante destacar alguns pontos que foram abordados ao longo dele e que se tornam fundamentais para que a representação dos povos indígenas brasileiros nos livros didáticos de alfabetização receba seu devido valor e importância para o processo de alfabetização.

Primeiro, é interessante perceber que, embora a representação indígena no que se refere à apresentação da letra I para os alunos não seja suficiente para que a temática indígena se faça presente na escola, a figura do “Índio” não aparece mais como o representante da letra I. Essa representação deu lugar a uma invisibilidade e generalização quase total dos povos indígenas nos livros didáticos de alfabetização, justamente no espaço em que o protagonismo indígena poderia fazer-se presente de forma bastante significativa.

Também podemos perceber a importância do PNLD como uma política pública bem consolidada e como este programa se torna fundamental na propagação de ideias, conceitos e conhecimentos predeterminados. O livro didático é um dos principais recursos utilizados pelos

professores alfabetizadores, é ele quem determina, em muitos momentos, o que é lido e apresentado para os alunos.

Além do mais, é possível ressaltar a importância da formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores. As políticas públicas voltadas para a educação precisam ser conhecidas por eles para que elas se tornem efetivas na prática escolar, pois só se muda o que se percebe.

Assim, além dos conhecimentos técnicos sobre alfabetização que se fazem necessários para realizar um bom processo de alfabetização com os alunos, é preciso também uma formação voltada para a Lei 11.645/08 e EREER, pois é a partir de discussões e de novos conhecimentos que os professores podem se tornar críticos no momento de realizar a escolha dos livros didáticos e, de certa forma, forçar uma representação dos povos indígenas diferente das que aparecem nos livros dos 1º e 2º anos das coleções “Pitangá Mais” e “Bem-me-quer mais”.

A presença dos povos indígenas nos livros didáticos parece sofrer um processo de apagamento, ou se fala quase nada ou se fala de maneira estereotipada, negligenciando a existência de uma lei que torna obrigatória a temática da história e cultura indígena nos conteúdos programáticos ao longo de todo o currículo escolar. Além do mais, é preciso compreender que respeitar a voz dos indígenas nos livros didáticos vai além da legislação: nos

mostra um país diverso, rico e formado por um conjunto de culturas, que é o que nos torna brasileiros.

Referências

ALBUQUERQUE, RIELDAKARYNA DE; CRUZ, MAGNA SILVA. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) – ACERVOS COMPLEMENTARES: VIVÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO. **REVISTA BRASILEIRA ESTUDOS PEDAGÓGICOS**. (ONLINE), BRASÍLIA, v. 96, n. 243, p. 439-456, MAIO/AGO, 2015.

BANIWA, GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO. **O ÍNDIO BRASILEIRO**: O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL DE HOJE. BRASÍLIA: SECAD/MEC, UNESCO, LACED/MUSEU NACIONAL, 2006.

BITTENCOURT, CIRCE. LIVROS DIDÁTICOS ENTRE TEXTOS E IMAGENS. IN: BITTENCOURT, CIRCE. (ORG.) **O SABER HISTÓRICO NA SALA DE AULA**. 7ª ED. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2002.

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2007-2010/2008/LEI/L11645.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm). ACESSO EM: 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2007-2010/2008/LEI/L11645.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm). ACESSO EM: 13 NOV 2023.

BURANELLO, CRISTIANE. **PITANGUÁ MAIS**: LÍNGUA PORTUGUESA. 1º ANO: ENSINO FUNDAMENTAL. SÃO PAULO: MODERNA, 2021.

BURANELLO, CRISTIANE. **PITANGUÁ MAIS**: LÍNGUA PORTUGUESA. 2º ANO: ENSINO FUNDAMENTAL. SÃO PAULO: MODERNA, 2021.

DI GIORGI, C. ET AL. UMA PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO PNLD COMO POLÍTICA PÚBLICA: O LIVRO DIDÁTICO COMO CAPITAL CULTURAL DO ALUNO/FAMÍLIA. **ENSAIO**: AVALIAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO, RIO DE JANEIRO, v. 22, n. 85, p. 1027-1056, OUT./DEZ. 2014.

Revista UFG, Goiânia. 2025, v.25: e25.80295



LUCIANO, ROSENILDA RODRIGUES DE FREITAS; SIMAS, HELLEN CRISTINA PICAÑO;
SILVA, JERFFERSON GIL DA ROCHA. A LITERATURA DO POVO BANIWA NA TRADIÇÃO ORAL.
REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO, VOL. 14, 1-17, 2020.

MARTINS, E.F; SALES, N.A.O; SOUZA, C.A. O ESTADO, O MERCADO EDITORIAL E O
PROFESSOR NO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS. IN: **ESTUDOS EM AVALIAÇÃO
EDUCACIONAL**, SÃO PAULO, v. 20, n. 42, JAN./ABR. 2009, p. 11-26.

MUNDURUKU, DANIEL. **O CARÁTER EDUCATIVO DO MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO
(1970-1990)**. SÃO PAULO: PAULINAS, 2012.

RAMOS, MÁRCIA ELISA TETÉ; CAINELLI, MARLENE ROSA; OLIVEIRA, SANDRA
REGINA FERREIRA DE. AS SOCIEDADES INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: ENTRE
AVANÇOS, LACUNAS E DESAFIOS. **REVISTA HISTÓRIA HOJE**, VOL. 7, Nº 14, 2018.

SEVERINO, ANTÔNIO JOAQUIM. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. SÃO PAULO:
CORTEZ, 2014.

SILVA, MARCO ANTÔNIO. A FETICHIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL. **EDUCAÇÃO E
REALIDADE**, PORTO ALEGRE, v. 37, n. 3, p. 803-821, SET./DEZ. 2012.

SILVEIRA, DENISE TOLFO; CÓRDOVA, FERNANDA PEIXOTO. A PESQUISA CIENTÍFICA. IN:
GERHARDT, TATIANA ENGEL; SILVEIRA, DENISE TOLFO. **MÉTODOS DE PESQUISA**.
PORTO ALEGRE: EDITORA DA UFRGS, 2009.

TOLEDO, MARIA SALETE; AZEVEDO, PRISCILA RAMOS DE; EL-KADRI, ROSANA
CORRÊA; ALMEIDA, MARIA CECÍLIA. **BEM-ME-QUER MAIS: LÍNGUA PORTUGUESA. 1º ANO:**
ENSINO FUNDAMENTAL. SÃO PAULO, EDITORA DO BRASIL, 2021.

I de “Índio”: Representação dos povos indígenas nos livros didáticos...

Clara Balladares Machado • Tânia Mara de Bastiani

TOLEDO, MARIA SALETE; AZEVEDO, PRISCILA RAMOS DE; EL-KADRI, ROSANA CORRÊA; ALMEIDA, MARIA CECÍLIA. **BEM-ME-QUER MAIS**: LÍNGUA PORTUGUESA. 2º ANO: ENSINO FUNDAMENTAL. SÃO PAULO, EDITORA DO BRASIL, 2021.